



PROPOSTA DE CURSO PRESENCIAL OU ONLINE (TURMA ABERTA)

PROMOÇÃO IMPERDÍVEL:
Descontos especiais para 03 (três) ou
mais inscritos no mesmo curso e da
mesma fonte pagadora!

PROPOSTA COMERCIAL

**Retenções de Tributos na
Administração Pública Federal,
Estadual, Distrital e Municipal
Atualizado com as Inovações Citadas
pelas INs RFB nº 1.234/2012, 2.110/2022
e 2.145/2023 e Apresentação da Nova
Reforma Tributária e Abordagem de
Diversos Casos**

**Ao Instituto Federal Catarinense – IFC - Campus Santa Rosa do Sul
Ao Marcelo Bitencourt / 08 de agosto de 2024**

INFORMAÇÕES, REFERÊNCIAS E CORPO DOCENTE – SUPREME TREINAMENTOS

A Supreme Capacitação e Treinamento é uma empresa sediada em Brasília/DF, especializada em treinamento, capacitação e desenvolvimento de profissionais de organizações públicas e privadas. Atua em todo território nacional, ofertando e promovendo cursos abertos, compartilhados e fechados (in company).

Em razão dos desafios legais, financeiros e operacionais que envolvem a gestão é essencial que os agentes políticos, servidores públicos e prestadores de serviços, participem de cursos de capacitação que visem prepará-los e atualizá-los para o pleno exercício de suas funções. Com efeito, o aperfeiçoamento da execução das competências das instituições e das atribuições dos servidores públicos promoverá a melhoria nos serviços oferecidos aos cidadãos.

O corpo docente dos cursos promovidos pela empresa é formado por professores altamente especializados, que, com seus profundos conhecimentos e notória experiência contribuirão significativamente para o aprimoramento dos servidores públicos.

O compromisso da Supreme é totalmente voltado para a ética, seriedade e excelência técnica dos serviços prestados, otimizando-se custos e consolidando o aprendizado de modo que os servidores obtenham qualificação condizente com as necessidades do órgão em que atuam.

Nossa Missão

Compartilhar conhecimentos através da capacitação profissional a funcionários públicos e da iniciativa privada, prestando relevante contribuição para a melhoria dos resultados de nossos clientes.

Nossa Visão

Ser referência na capacitação profissional de funcionários das organizações públicas e privadas, mantendo a excelência como padrão em todos os serviços que desenvolvemos, dessa forma proporcionando a todos os nossos clientes, serviços com qualidade e credibilidade.

Nossos Valores

Seriedade
União
Perseverança
Responsabilidade
Ética
Meritocracia
Excelência

Alguns de nossos clientes:

- TJMS – Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul
- CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
- TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
- IF – Instituto Federais (de todo o Brasil)
- UFPI – Universidade Federal do Piauí
- ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
- CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos
- MEC – Ministério da Educação
- TRF 1º – Tribunal Regional Federal de Brasília
- TRT PI – Tribunal Regional do Trabalho do Piauí
- IPASC/Catalão – Instituto Previdência Assistência Serv

**Retenções de Tributos na Administração Pública
Federal, Estadual, Distrital e Municipal**
**Atualizado com as Inovações Citadas pelas INs RFB nº 1.234/2012,
2.110/2022 e 2.145/2023 e Apresentação da Nova Reforma Tributária e**
Abordagem de Diversos Casos
Online – Turma Aberta

LOCAL E DATA

Data: 21 até 25 de outubro de 2024

Horário: 13h30 até 17h30

Carga horária: 20 horas

Modalidade: 100% online + gravação disponível por 08 dias + Bônus Extra!

- ✓ **BÔNUS EXTRA:** Acesso ao grupo do WhatsApp “Retenções de Tributos” da turma do curso. Assessoria gratuita e networking com professor, durante o curso e 7 (sete) dias corridos após o curso.

- **Com Ênfase nas INs da Receita Federal:**
 - 1.234/2012 (Retenção do IRPJ, CSLL, COFINS e PIS/PASEP)

 - 1.500/2014 (Retenção de Imposto de Renda de Pessoa Física, atualizada com a nova tabela do Imposto de Renda)

 - 2.110/2022 (que revogou a IN 971/2009 e que trata da retenção de previdência nos casos de cessão de mão de obra e empreitada e da retenção de previdência de Pessoa Física)

 - 2.145/2023 (Retenção do IRPJ por Parte de Órgãos e Entidades Estaduais, Distritais e Municipais)

- **Noções Básicas de e-Social, EFD-Reinf e DCTFWeb**

- **Abordagem à Legislação:**
 - Lei 123/2006 (Retenção de Tributos de Empresas Optantes pelo Simples Nacional)

 - Lei 12.546/2011 (Retenção de Previdência de Empresas Optantes pela Desoneração da Folha de Pagamento (CPRB))

 - Lei 116/2003 (Retenção de ISS de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física)

- **Retenção de Tributos de MEI e sobre Aquisição de Produção Rural**

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Para que a administração pública obtenha o dinamismo necessário e o perfeito desempenho de suas atividades, nas áreas de execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, e por se tratarem de áreas de grande relevância para a gestão de recursos públicos e a tomada de decisões, torna-se necessária a busca permanente de capacitação e aprimoramento dos servidores públicos.

OBJETIVOS DO CURSO

Atualizar, aperfeiçoar, capacitar e gerar conhecimentos relativos à retenção de tributos na administração pública e em relação às novas obrigatórias acessórias exigidas pela receita federal (e-Social; EFD-Reinf e DCTFWeb).

PÚBLICO ALVO

Servidores que atuam nas áreas de execução orçamentária, financeira e contábil de órgãos da administração pública.

CONTEÚDO DO CURSO

1) Definição de Retenção e de Recolhimento de Tributos

2) Legislação Aplicada a Tributos

3) Retenções de Tributos Federais de Pessoa Jurídica, Conforme IN RFB nº 1.234/2012 (IRPJ, CSSL, COFINS e PIS/PASEP)

3.1 - Obrigatoriedade da Retenção

3.2 - Base de Cálculo e Alíquotas

3.3 - Hipóteses em que Não Haverá Retenção

3.4 - Declarações que devem ser apresentadas para o Pagamento da Nota Fiscal ou Fatura

3.5 - Prazo para o Recolhimento dos Tributos

3.6 - Destaque dos Tributos no Documento Fiscal

3.7 - Retenções de Tributos sobre Nota Fiscal com Glosa e sobre Nota Fiscal com Juros e Multa

3.8 - Retenções em Situações Específicas Relacionadas na IN RFB nº 1.234/2012

3.8.1 - Agências de Viagens, Turismo e Seguros

3.8.2 - Propaganda e Publicidade

3.8.3 - Empresas que Fornecem Vale-Refeição, Vale Transporte e Vale Combustível

3.8.4 - Aluguel de imóveis

3.8.5 - Pessoa Jurídica Amparada por Medida Judicial

3.9 - Comprovante Anual de Retenção



3.10 - Obrigação de Inserção dos Tributos da IN 1.234 na EFD-Reinf

3.11- Passo a Passo para a Retenção de IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS

3.12- Apresentação de diversos casos práticos, conforme abaixo:

- a) Não retenção de tributos de empresas optantes pelo Simples Nacional;
- b) Não retenção de tributos de instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos e de instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis;
- c) Não retenção de tributos de conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas (CRC, CREA, OAB, etc.);
- d) Isenção de PIS/PASEP e COFINS sobre pagamentos pela aquisição de passagens aéreas e de produtos da cesta básica;
- e) Retenção de tributos sobre empreitada de obra de construção civil nas modalidades total e parcial;
- f) Retenção de tributos na contratação de serviços prestados com emprego de materiais;
- g) Retenção de tributos na contratação de serviços prestados com emprego de materiais e locação de mão de obra, ao mesmo tempo;
- h) Pagamento de energia elétrica com retenção sobre o consumo, sobre a Contribuição de Iluminação Pública e sobre demanda contratada ou potência garantida;
- i) Retenção de tributos e emissão de notas fiscais em relação aos pagamentos com intermediação de negócios (passagens aéreas, oficinas mecânicas, postos de combustíveis, propaganda e publicidade e aluquel de imóveis); e,
- j) Retenção de tributos sobre pagamentos a Cooperativas de Produção.

4) Retenções de Tributos de Empresas Optantes pelo Simples Nacional

5) Retenção da Contribuição Previdenciária sobre Pagamentos Efetuados a Pessoas Jurídicas, Conforme IN RFB nº 2.110/2022

5.1 - Obrigatoriedade de Retenção e Casos de Não Retenção

5.2 - Retenção da Contribuição Previdenciária de Empresas Optantes pelo Simples Nacional

5.3 - Deduções da Base Cálculo

5.4 - Destaque da Retenção no Documento Fiscal

5.5 - Desoneração da Folha de Pagamento (Lei nº 12.546/11)

5.6 - Retenção na Prestação de Serviços em Condições Especiais (Exposição a Agentes Nocivos)

5.7 - Dados a Serem Informados no Documento Fiscal

5.8 - Prazo para o Recolhimento

5.9 - Obrigação de Inserção da Contribuição Previdenciária na EFD-Reinf

5.10 - Passo a Passo para a Retenção de Previdência de Pessoa Jurídica

6) Retenção do Imposto de Renda (IR) sobre Pagamentos Efetuados a Pessoas Físicas, Conforme IN RFB nº 1.500/2014

6.1 - Definição de Contribuintes e de Rendimentos Tributáveis

6.2 - Fato Gerador e Obrigatoriedade da Retenção

6.3 - Tabela Progressiva, Base de Cálculo e Código de Retenção

6.4 - Dispensa de Retenção e Rendimentos Isentos ou Não Tributáveis

6.5 - Retenção do Imposto de Renda sobre Decisões Judiciais e sobre Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA)

6.6 - Prazo para o Recolhimento

6.7 - Retenção de Imposto de Renda sobre Rendimento de Aluguel

6.8 - Valor Mínimo de Recolhimento do Imposto de Renda

6.9 - Inserção do IR no e-Social e na EFD-Reinf e Comprovante de Rendimentos

6.10 - Passo a Passo para a Retenção do Imposto de Renda de Pessoa Física

6.11 - Apresentação de casos práticos, conforme abaixo:

- a) Retenção do Imposto de Renda de acordo com a nova Tabela Progressiva;
- b) Retenção do Imposto de Renda utilizando o desconto simplificado;
- c) Retenção do Imposto de Renda sobre Rendimento Recebido Acumuladamente (RRA); e,
- d) Retenção do Imposto de Renda sobre rendimento de aluguel quando o proprietário é Pessoa Física.

7) Retenção da Contribuição Previdenciária sobre Pagamentos Efetuados a Pessoas Físicas, Conforme IN RFB nº 2.110/2022

7.1 - Contribuição por Parte do Contribuinte Individual

7.2 - Obrigatoriedade da Retenção

7.3 - Fato Gerador da Obrigação Previdenciária

7.4 - Base de Cálculo e Alíquota

7.5 - Obrigações da Unidade Pagadora

7.6 - Obrigações do Contribuinte Individual

7.7 - Recolhimento da Contribuição Patronal

7.8 - Prazo para o Recolhimento

7.9 - Obrigação de Inserção da Contribuição Previdenciária no e-Social

7.10 - Passo a Passo para a Retenção de Previdência de Pessoa Física

7.11- Apresentação de casos práticos, conforme abaixo:

- a) Retenção de Previdência sobre pagamento abaixo do salário mínimo;
- b) Retenção de Previdência sobre pagamento acima do Teto do INSS; e,
- c) Retenção de Previdência quando a Pessoa Física já sofreu retenção, por outras fontes pagadoras, até o Teto do INSS.

8) Retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física

8.1 - Artigo 156 da Constituição Federal

8.2 - Lei Complementar nº 116/2003

8.3 - Empresas Optantes pelo Simples Nacional

8.4 - Passo a Passo para a Retenção de ISS de Pessoa Física e de Pessoa Jurídica

8.5 - Retenção de ISS de Municípios não Conveniados com o SIAFI

8.6 - Apresentação de casos práticos, conforme abaixo:

- a) Retenção de ISS quando a empresa é de outro município; e,
- b) Retenção de ISS quando a empresa é optante pelo Simples Nacional.

9) Retenções de Tributos sobre Pagamentos Realizados com Suprimento de Fundos

10) Retenções de Tributos de Microempreendedor Individual (MEI)

11) Retenções de Tributos sobre Aquisição de Produção Rural

12) Noções Básicas de EFD-Reinf, DCTFWeb e e-Social

12.1) EFD-Reinf

- a) Legislação Aplicada
- b) Definição
- c) Contribuintes Obrigados a Apresentar a EFD-Reinf
- d) Informações que Devem ser Prestadas na EDF-Reinf
- e) Como as Informações Devem ser Prestadas na EFD-Reinf
- f) Grupos de Eventos
- g) Prazo para Envio



- h) Cronograma de Implantação
- i) Acesso ao Sistema EFD-Reinf

12.2) DCTFWeb

- a) Legislação Aplicada à DCTFWeb
- b) Definição
- c) Obrigatoriedade de Apresentação
- d) Dispensa de Apresentação
- e) Elaboração e Envio
- f) Contribuições que Devem ser Declaradas na DCTFWeb
- g) Penalidades pelo não Envio da DCTFWeb
- h) Retificação
- i) Cronograma de Implantação
- j) Manual de Orientação da DCTFWeb

12.3) e-Social

- a) Legislação Relacionada ao e-Social
- b) Definição
- c) Princípios
- d) Cronograma de Implantação do e-Social
- e) Acesso ao e-Social

13) Reforma Tributária

13.1 - O que é a Reforma Tributária?

13.2 - Importância da Reforma Tributária

13.3 - O que a Reforma Tributária Muda?

13.4 - Benefícios da Reforma Tributária

13.5 - Quando Passa a Valer a Reforma Tributária?

13.6 - Como Fica o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física?

14) Exercícios de Fixação

INSTRUTOR: MARZALÉM ALVES - Contador da Receita Federal do Brasil (RFB)

Bacharel em ciências contábeis, Analista Tributário da Receita Federal do Brasil, exercendo a função contador nacional da secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, Atua em atividades relacionadas à execução orçamentária, financeira e patrimonial através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, tais como: descentralização de crédito orçamentário e financeiro para as Unidades Gestoras da RFB; emissão de Nota de Empenho; liquidação e pagamento de compromissos financeiros, etc. Atua como palestrante e tutor em diversos cursos da área pela ESAF na área da contabilidade pública.

INVESTIMENTO

CURSO	LOCAL	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE PARTICIPANTES	INVESTIMENTO INDIVIDUAL	INVESTIMENTO TOTAL
Retenções de Tributos na Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal Atualizado com as Inovações Citadas pelas INs RFB nº 1.234/2012, 2.110/2022 e 2.145/2023 e Apresentação da Nova Reforma Tributária e Abordagem de Diversos Caso	100% online Ao vivo + Gravação disponível por 08 dias + Bônus Extra!	20 horas	2 servidores	R\$ 1.850,00	R\$ 3.700,00

Incluso: Material didático online e certificado de participação do curso em PDF

- ✓ **BÔNUS EXTRA:** Acesso ao grupo do whatsapp “Retenções de Tributos” da turma do curso. Assessoria gratuita e networking com professor, durante o curso e 7 (sete) dias corridos após o curso.

➤ **RESPONSABILIDADES E DIREITOS DA SUPREME (MODALIDADE ONLINE)**

- Disponibilizar plataforma para o curso ONLINE;
- Fornecer certificado digital aos participantes;
- Fornecer conteúdo programático e resultados alcançados;
- O curso ficará gravado e disponibilizado aos participantes por 08 dias após o mesmo.

PARTICIPANTES - REQUISITOS RECOMENDADOS:

Solicitamos aos inscritos que verifiquem os requisitos abaixo antes do início do curso, é de suma importância para o perfeito aproveitamento da plataforma.

- Computador com bom desempenho;
- Conexão de internet via cabo ou com ótima conexão Wi-fi, a velocidade mínima recomendada é de 10mbps;
- Webcam (preferencial) e microfone ou fones de ouvido;
- Navegador: Utilizar preferencialmente o Google Chrome, ou as versões atualizadas do Mozilla Firefox e Internet Explorer.

Importante: Se as especificações mínimas não forem atendidas, a qualidade da transmissão (áudio e vídeo) poderá ser comprometida.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO – ONLINE OU PRESENCIAL

- Garantir a contratação do curso com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da data de início da realização do curso, mediante depósito bancário, nota de empenho ou autorização/ordem de serviço, devidamente assinada e carimbada pelo ordenador de despesa.

CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

A Supreme reserva-se o direito de adiar e/ou cancelar o curso até 3 (três) dias úteis antes do online e 5 (cinco) dias úteis para presenciais, caso haja insuficiência de inscrições.

Os cursos **Pré-confirmados** são capacitações que temos quórum mínimo de participantes, porém aguardando empenhos/ordem de serviço ou pagamento antecipado dos inscritos. Um curso pré-confirmado poderá ser cancelado, caso os participantes não confirmem, aguarde a confirmação oficial da Supreme Treinamentos para tomar as providências necessárias para o seu comparecimento (Exemplo: Compra de passagens e reserva de hotéis).

O participante deverá possuir no mínimo 75% de participação no curso, caso participe menos que este percentual, não receberá o certificado. O aluno poderá realizar a aula online (sincrônica) ou gravada.

A Supreme possui o direito de substituir o docente por motivo de força maior.

CANCELAMENTO POR PARTE DO TREINANDO

O cancelamento da inscrição por parte do treinando poderá ser realizada com até 3 (três) dias úteis antes do online e 5 (cinco) dias úteis para presenciais antes da realização do evento, após este prazo deverá ser feita a substituição ou solicitação de crédito no valor da inscrição.

DADOS CADASTRAIS E BANCÁRIOS PARA NOTA DE EMPENHO

Razão Social	SUPREME TREINAMENTOS LTDA	
Nome Fantasia	Instituto Supreme	
CNPJ	53.940.195/0001-16	
Inscrição Estadual	0827930600145	
Endereço	SCS, Quadra 2, Bloco C, LT 99 - Edifício São Paulo, 3º Andar, sala 315 - Asa Sul - Brasília/DF - CEP: 70.314-900	
Dados Bancários	Banco do Brasil	CÓDIGO DO BANCO: 001 Nº DA AGÊNCIA 1230-0 CONTA CORRENTE: 68.591-7

Essa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Brasília (DF), 08 de agosto de 2024.



Att:
Waldley P. Pamplona
Diretor Geral
E-mail: diretoria@supremetreinamentos.com.br
Site: www.supremetreinamentos.com.br
Cel.: (61) 3962-4401 / (61) 99586-9623
@supremetreinamentos / Supreme Treinamentos